



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade
Administrativa - CAODPP

02.2019.00001819-7

Ofício nº 0172/2019/CAODPP/PGJ/MPCE

Fortaleza, 31 de julho de 2019.

A Sua Excelência o (a) Senhor (a),

Paulo Linhares

DD. Diretor do Instituto Dragão do Mar - IDM

Rua Dragão do Mar, 81- Praia de Iracema

Fortaleza/CE - CEP: 60.060-390

Tels: (85) 3488 8600/8608

E-mail: paulolinhaires@dragaodomar.org.br

Assunto: *Solicita Informações reclamações*

Referência: *Ata 11ª Reunião CEPC - 22/02/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Primeiramente, louvamos-lhe o exercício de tão relevantes misteres.

O Ministério Público, como é de vossa ciência, participou da epigrafada reunião, apresentado pelo Dr. Hugo Porto, Coordenador do CAOCIDADANIA.. Foram na ocasião formalizados diversos reclamos por vários dos Conselheiros, inclusive pelo próprio Membro do MP. Até o presente momento não chegou ao conhecimento destes Centros Operacionais as aneladas soluções ou encaminhamentos análogos.

Conforme a praxe e sem caráter inquisitório, ambos os Centros Operacionais estão acompanhando o feito via processo eletrônico – de pública consulta com a numeração supra.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade
Administrativa - CAODPP

Assim esclarecendo e cumprimento dos deveres constitucionais do Ministério Público e deste Centro Operacional, **solicitamos a Vossa Excelência informações** sobre as eventuais soluções e propostas encaminhadas desde a citada reunião, acompanhadas dos documentos porventura produzidos.

Especificamente solicitamos, para maior certeza, que em 10 dias úteis assim demonstre quais soluções foram encaminhadas para as reclamações existentes na Ata do dia 22/02/2019, especialmente os seguintes pontos: **5, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 22** (tabela-resumo *ora anexada*).

Semelhante moção vai dirigida ao IDM e à SECULT-CE.

Sempre à disposição para colaboração em prol dos elevados fins de ambas as instituições e fiados no espírito público de Vossa Excelência, enviamos respeitosa

Saudações.

Élder Ximenes Filho
Promotor de Justiça



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade
Administrativa - CAODPP

ANEXO:

RELATÓRIO – RECLAMAÇÕES IDM

RECLAMAÇÕES – RESUMO DA ATA		
	Supostas Irregularidades ou Falhas de Gestão	Conselheiros Reclamantes
1.	O não cumprimento do 1,5% do orçamento para a cultura	<u>Daniel Cavalcante Aragão</u> Representante do Audiovisual
2.	O retorno quanto ao apelo da FUNTELC em reaver o prazo perdido junto a ANCINE	<u>Daniel Cavalcante Aragão</u> Representante do Audiovisual
3.	Os arranjos regionais da ANCINE, tendo em vista a situação política do país	<u>Daniel Cavalcante Aragão</u> Representante do Audiovisual
4.	O retorno sobre a nova Lei do SIEC	<u>Daniel Cavalcante Aragão</u> Representante do Audiovisual
5.	Ausência de repasse por parte da SECULT-CE ao IDM	<u>Daniel Cavalcante Aragão</u> Representante do Audiovisual
6.	O retorno da comissão de avaliação do Mecenato	<u>Andréa Vasconcelos Maranhão</u> Representante dos Produtores Culturais



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa - CAODPP

7.	Questionamento a respeito das cotas étnico-raciais e para as pessoas com deficiência no concurso da SECULT-CE	<u>Hugo Frota Magalhães Porto Neto</u> Representante do Ministério Público Estadual/CE
8.	Retomada dos planos de prevenção dentro dos equipamentos culturais do Estado	<u>Hugo Frota Magalhães Porto Neto</u> Representante do Ministério Público Estadual/CE
9.	O estado físico do local que abriga o acervo da FUNTELC, uma vez que em 2015 houve um princípio de alagamento no local	<u>Gláuber Gomes de Oliveira</u> Representante do COEPA-CE
10.	Solicita que a Secretaria de Cultura diante de tantas linguagens abrangidas pelos seus editais, “abraçe mais a causa” do campo dos jogos digitais.	<u>João Guilherme Studart</u> Representante das Organizações Não Governamentais
11.	Solicita que nas próximas apresentações seja indicada a fonte de recursos dos editais	<u>Glícia Gadelha Teixeira</u> Representante da Fotografia
12.	Informações sobre os pagamentos dos cachês pelo IDM	<u>Fabiano dos Santos</u> Presidente do Conselho e Secretário da Cultura
13.	Questiona se o “gargalo” da reincidência da morosidade dos pagamentos se dá pela falta de um sistema de informações ou pelo processo gerencial.	<u>Daniel Cavalcante Aragão</u> Representante do Audiovisual
14.	Questiona se o Estado se debruça sobre essa questão e se há alguma espécie de tratativa para ver esses fluxos	<u>Hugo Frota Magalhães Porto Neto</u> Representante do Ministério Público Estadual/CE
15.	Questiona o que será feito em relação ao percentual de artistas que ainda não receberam seus cachês	<u>Oscar Roney Arruda Ramos</u> Representante dos Centrais Sindicais



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

**Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade
Administrativa - CAODPP**

16.	Questiona o motivo da não descentralização dos equipamentos da SECULT do “guarda-chuva” do Instituto Dragão do Mar. Para a conselheira é interessante que haja a descentralização do “monopólio” dos equipamentos para que haja uma administração mais eficiente.	<u>Maria das Graças de Castro e Silva</u> Vice-presidente do CEPC e representante das Organizações Não Governamentais
17.	Muitas vezes os documentos são extraviados pelos setores e os artistas ou profissionais das artes são obrigados a reenviarem a documentação por vezes seguidas, o que torna o processo repetitivo e moroso.	<u>Maria das Graças de Castro e Silva</u> Vice-presidente do CEPC e representante das Organizações Não Governamentais
18.	Comenta sobre o não pagamento dos impostos de INSS dos profissionais que muitas vezes ficam desamparados quando sofrem acidentes em performances ou adoecem, ressaltando a importância da regulamentação da profissão também nesse aspecto.	<u>Oscar Roney Arruda Ramos</u> Representante dos Centrais Sindicais
19.	Questiona se o IDM possui um sistema de protocolo e que o fato de não haver uma numeração fidedigna é um problema grave e institucional.	<u>Hugo Frota Magalhães Porto Neto</u> Representante do Ministério Público Estadual/CE
20.	Questiona qual motivo do artista não assinar o contrato no ato da apresentação (<i>Dr. Roberto diz que o caso dos atrasos na assinatura dos contratos não é para ser regra e lamenta o ocorrido.</i>)	<u>Amaudson Ximenes Veras</u> Mendonça Diretor-presidente do Sindicato dos Músicos
21.	Afirma que não é compreensível que os contratos sejam feitos de forma verbal e questiona o que ocorre caso haja um acidente fatal.	<u>Hugo Frota Magalhães Porto Neto</u> Representante do Ministério Público Estadual/CE
22.	Foi suscitada a necessidade de uma comissão para tratar a respeito da regulamentação e contratação dos artistas	<u>Andréa Vasconcelos Maranhão</u> Representante dos Produtores Culturais